

NOTAS SOBRE REVOLUÇÃO PASSIVA E TRANSFORMISMO EM GRAMSCI

David Maciel*
macieldavid@ig.com.br

RESUMO: Este artigo relaciona os conceitos de revolução passiva e de transformismo, desenvolve-os a partir da obra de Gramsci e destaca sua relevância para o estudo da história política.

PALAVRAS-CHAVE: revolução passiva, transformismo, *Risorgimento* italiano, americanismo-fordismo, fascismo.

O objetivo deste trabalho é aventar algumas considerações acerca dos conceitos de *revolução passiva* e *transformismo*, elaborados por Antonio Gramsci em suas análises histórico-políticas. Em nosso entendimento, esses dois conceitos estão intimamente relacionados, devendo ser pensados como elementos constitutivos de uma teoria explicativa da mudança histórica, elaborada para a compreensão dos distintos processos da revolução burguesa e da construção da hegemonia burguesa, ao longo dos séculos XIX e XX. Desse modo, abordaremos a aplicação desses conceitos, por Gramsci, na análise de processos de mudança histórica distintos, destacando as semelhanças e as distinções entre suas variantes. Trataremos, em especial, da problemática do transformismo “em sentido ampliado”, particularmente pertinente à análise dos processos políticos recentes. Devido aos limites de espaço deste artigo, não abordaremos especificamente esses processos, limitando nosso enfoque apenas a uma dimensão teórica.

AS VARIANTES DA REVOLUÇÃO PASSIVA

De acordo com a formulação de Gramsci,

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior de forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. (GRAMSCI, 2002, p. 317)

Em suas análises históricas, o conceito de revolução passiva aplica-se tanto a processos de mudança histórica – em que uma dada ordem social pré-capitalista é substituída por outra, de caráter capitalista –, a processos de revolução burguesa em sentido restrito, quanto a processos de manutenção da ordem social capitalista, a revolução burguesa em sentido amplo.¹ Em outras palavras, a revolução passiva expressa uma modalidade de mudança histórica presente no processo de destruição da velha ordem e de criação de uma nova ordem social, como no caso do *Risorgimento* (processo de unificação italiana), e na passagem de uma fase para a outra de uma mesma ordem social, como o fascismo na Itália e o americanismo-fordismo nos EUA, que expressaram a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista nesses países, ou, conforme Gramsci, uma “economia programática” (GRAMSCI, 2002, p. 11-128; GRAMSCI, 1978, p. 221- 224; GRAMSCI, 1976, p. 375- 413).

Claro está que essa modalidade de superação de uma ordem social por outra, que passou a predominar a partir de um determinado período histórico,² difere estruturalmente do modelo jacobino, discutido por Gramsci em suas análises do *Risorgimento* italiano e da sociedade francesa, daí a sua caracterização pelo conceito de revolução passiva. Como tipo específico de mudança histórica, o processo de revolução passiva se explica em função das próprias condições presentes em determinada formação social. Essas condições impedem uma transformação social “de baixo para cima”, em que predomine francamente um “contínuo processo de formação e de dissolução, seguido de formações mais complexas e ricas de possibilidades”, de “revolução permanente”, e em que se crie um “consenso permanentemente organizado” (GRAMSCI, 1976, p. 113-114).

O caso do *Risorgimento* italiano, estudado por Gramsci, expressa uma modalidade passiva de revolução burguesa, em que as diversas frações burguesas têm grande dificuldade de liderar (dirigir) um movimento de ruptura com a ordem pré-capitalista vigente. Baseando-se no apoio ativo das massas populares, recorre, ao contrário, a uma postura conciliadora e “adesista” diante das antigas classes dominantes (a aristocracia) e de seu Estado (o reino do Piemonte) e a um método transformista de

cooptação das forças populares (“jacobinas”, democrático-populares). Segundo Gramsci (2002, p. 330),

o importante é aprofundar o significado que tem uma função como a do “Piemonte” nas revoluções passivas, isto é, o fato de que um Estado substitui os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. É um dos casos em que estes grupos tem a função de “domínio”, e não de “direção”: ditadura sem hegemonia.

Por isso,

este fato é da máxima importância para o conceito de “revolução passiva”: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática. (GRAMSCI, 2002, p. 328-329)

Sendo assim,

no *Risorgimento* italiano, viu-se que a passagem para o cavourismo [de Camilo Benso di Cavour, primeiro-ministro do Reino do Piemonte-Sardenha e líder do Partido Moderado], depois de 1848, de sempre novos elementos do Partido de Ação [democratas-populares, “Esquerda”] modificou progressivamente a composição das forças moderadas, liquidando o neoguelfismo [movimento que propunha a unificação da Itália sob um Papado liberal], por um lado, e, por outro, empobrecendo o movimento mazziniano [de Giuseppe Mazzini, líder do Partido de Ação-DM] (pertencem a este processo até mesmo as oscilações de Garibaldi [líder revolucionário ligado ao Partido de Ação] etc.). (GRAMSCI, 2002, p. 317)

O americanismo-fordismo e o fascismo configuram-se como exemplos históricos de uma outra variante do processo de revolução passiva, aquela em que ocorre a passagem para um novo estágio da ordem social capitalista, que exige a reposição da hegemonia/dominação burguesa em novos termos. Com base na realização de inúmeras iniciativas “moleculares”, fatalmente modificam a composição de forças precedentes em favor de um movimento “progressista”, ou seja, de intensificação e ampliação das relações sociais capitalistas. Nos dois casos, opera-se a passagem da fase concorrencial para a fase monopolista do capitalismo. A experiência norte-americana atua como a “matriz” desse processo, que, por cami-

nhos diferentes, como o fascismo, se transfere para a Europa, “atualizando” a própria civilização burguesa, nascida em seu interior, mas “aclimatada” em melhores condições nos EUA. Gramsci formula essa relação da seguinte maneira:

O fato de que nada mudou no caráter e nas relações dos grupos fundamentais mostra que o americanismo, compreendido não só como vida de café, mas também como ideologia do Rotary Clube, não é um novo tipo de civilização: trata-se de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização européia, que adquiriu uma nova pele no clima americano. De qualquer modo, a observação de Pirandello sobre a oposição que o americanismo encontra em Paris (mas, na Creusot?) e sobre o acolhimento imediato que teria encontrado em Berlim, prova a não-diferença de natureza, mas só de grau, em relação ao “europeísmo”. (GRAMSCI, 1976, p. 412-413)

Na verdade, para Gramsci, o fascismo manifesta uma forma “imperfeita” de implantação do americanismo-fordismo, imperfeição decorrente tanto das condições gerais da “civilização burguesa” na Europa – onde as “camadas geológicas” do velho mundo feudal ainda se fazem presentes no solo histórico do capitalismo – quanto das condições particulares na Itália, onde essas camadas foram fortalecidas por uma “revolução passiva”. De acordo com Gramsci (1976, p. 383)

verificou-se na Itália, um início de delírio fordista (exaltação da grande cidade, planos reguladores para a grande Milão etc., a afirmação de que o capitalismo ainda está no começo e que é necessário preparar quadros para o seu grande desenvolvimento etc.) [...], em seguida tivemos a conversão ao ruralismo e à depressão iluminista da cidade, a exaltação do artesanato e do patriarcalismo idílico, referências à “propriedade do ofício” e a uma luta contra a liberdade industrial. Todavia, embora o desenvolvimento seja lento e pleno de cautelas compreensíveis, não se pode dizer que a parte conservadora, que representa a velha cultura européia com todo o seu cortejo parasitário, não tenha antagonistas [...].

Daí a associação feita por Gramsci entre o *Risorgimento* e o fascismo, como etapas distintas de um mesmo processo de revolução burguesa (em sentido amplo) na Itália, e a análise das próprias dificuldades de implantação do fordismo pelo fascismo. Comparando-se com a experiência dos EUA, verifica-se uma distinção importante nessas duas formas da segunda variante de revolução passiva.

Na análise do americanismo-fordismo, escrita no cárcere e incompleta, Gramsci levanta uma série de problemas que deveriam ser abordados para que se possam compreender as melhores condições de implantação do capitalismo monopolista e de desenvolvimento da “civilização burguesa” nos EUA. Ele enumera desde a importância da indústria – como base do desenvolvimento econômico, da acumulação e distribuição do capital – até a composição demográfica do país, passando pelas diversas formas de persuasão/coerção exercidas sobre os trabalhadores (como os altos salários, a questão sexual, a coerção moral exercida pelo Estado e pela sociedade) e pela ação de aparelhos privados de hegemonia, como o Rotary Club e a maçonaria. Entre esses problemas destaca-se a possibilidade de explicar o americanismo-fordismo com base no conceito de revolução passiva. Segundo ele,

ver se o americanismo pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo, já examinado, das “revoluções passivas” próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma “explosão”, uma transformação de tipo francês. (GRAMSCI, 1976, p. 376)

No entanto, ao longo da exposição, a tese da revolução passiva se impõe como chave explicativa, possibilitando a compreensão do fenômeno americanista como uma solução “passiva” e “gradual” para o desenvolvimento capitalista nos EUA. Isto explica sua afirmação, citada anteriormente, de que o americanismo não é um novo tipo de civilização, mas um “prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização européia, que adquiriu uma nova pele no clima americano”. Segundo ele,

no geral, pode-se dizer que o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática. Estes problemas surgem em virtude das diversas formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua marcha, resistência provocada pelas dificuldades inerentes à *societas rerum* e à *societas hominum*. Um movimento progressista iniciado por uma determinada força social não deixa de ter conseqüências fundamentais: as forças subalternas que deveriam ser “manipuladas” e racionalizadas de acordo com os novos objetivos, resistiriam inevitavelmente. Mas também resistem alguns setores das

forças dominantes, ou mesmo aliados das forças dominantes. (GRAMSCI, 1976, p. 375-376)

Mais adiante Gramsci conclui acerca da “universalidade” do americanismo-fordismo:

Surge o problema: se o tipo de indústria e de organização do trabalho e da produção próprio da Ford é “racional”, pode e deve generalizar-se, ou se, ao contrário, trata-se de um fenômeno “degenerante” a ser combatido através da força sindical e da legislação. Em outras palavras, se é possível, através da pressão material e moral da sociedade e do Estado, levar os operários como massa a sofrer todo o processo de transformação psicofísico para fazer com que o tipo médio do operário da Ford se transforme no tipo médio do operário moderno, ou se isto é impossível por que levaria à degeneração física e à deterioração da raça, destruindo todas as forças do trabalho. Parece ser possível responder que o método Ford é “racional”, isto é, deve-se generalizar; mas para que isto ocorra faz-se necessário um longo processo, no qual se verifiquem mudanças nas condições sociais e nos costumes e hábitos individuais. Entretanto, as mudanças não podem realizar-se apenas através da “coerção”, mas só através da combinação da coação (autodisciplina) com a persuasão, inclusive sob a forma de altos salários, isto é, de possibilidades de melhorar o nível de vida; ou melhor, mais exatamente, de possibilidades de alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um dispêndio particular de energias musculares e nervosas. (GRAMSCI, 1978, p. 406-407)

A partir desse ponto, o fascismo pode ser entendido como a tentativa de implantação do americanismo-fordismo na Itália, nas condições particulares de seu desenvolvimento capitalista e de sua revolução burguesa em sentido restrito (*Risorgimento*). Num texto sobre Benedetto Croce, Gramsci caracteriza sua obra historiográfica sobre a Europa e a Itália, desde o século XIX, como uma interpretação tendenciosa, porque despreza o impacto da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas na história da Europa e da Itália, desde o século XIX, e porque valoriza seu aspecto “passivo”. Para Gramsci, essa interpretação se prestava a legitimar ideologicamente o fascismo, grande movimento de revolução passiva, correspondente, na época, ao momento do liberalismo moderado e conservador na condução do *Risorgimento* italiano:

Coloca-se um problema, a saber, se esta elaboração croceana, em sua tendenciosidade, não tem uma referência atual e imediata, não tem por

finalidade criar um movimento ideológico correspondente ao da época tratada por Croce, de restauração-revolução, na qual as exigências que encontraram na França uma expressão jacobino-napoleônica foram satisfeitas em pequenas doses, de uma maneira legal e reformista, conseguindo-se assim salvar a posição política e econômica das velhas classes feudais, evitar a reforma agrária e, notadamente, evitar que as massas populares atravessassem um período de experiências políticas similares às da França nos anos do jacobinismo, em 1831, em 1848. Mas, nas atuais condições, o movimento correspondente ao do liberalismo moderado e conservador não seria precisamente o movimento fascista? (GRAMSCI, 1978, p. 323)

Daí a caracterização do fascismo como processo de revolução passiva, decisivo para o desenvolvimento do fordismo e do próprio capitalismo, em sua fase monopolista, na Itália. Para Gramsci (1978, p. 223-224),

a hipótese ideológica poderia ser apresentada nestes termos: haveria uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, seriam introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento "plano de produção", isto é, seria acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se tão-somente a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumulam gigantescos capitais. Que um tal esquema possa traduzir-se em prática, e em que medida e em que formas, isto tem um valor relativo: o que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter – e tem realmente – a virtude de servir para criar um período de expectativas e de esperanças, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes nacionais. [...] Esta ideologia serviria como elemento de uma "guerra de posição" no campo econômico (a livre concorrência e a livre troca corresponderiam à guerra de movimento) internacional, assim como a "revolução passiva" é este elemento no campo político. Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na revolução francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição, cujo representante –

não só prático (para a Itália), como ideológico (para a Europa) – é o fascismo.

Porém, na Itália, a implantação do fordismo pelo fascismo conviveu com muito maiores dificuldades do que nos EUA, o que exigiu uma intervenção do Estado muito mais intensa na forma da regulação econômica e da repressão política, “enfaixou” a sociedade e ressaltou o elemento coerção e o caráter “totalitário”. Conforme Gramsci (1976, p. 388-389),

o desaparecimento do tipo semifeudal de acumulador de capitais é, na Itália, uma das condições básicas para a transformação industrial (é, em parte, a própria transformação), e não uma conseqüência. A política econômico-financeira do Estado é o instrumento para este desaparecimento: amortização da dívida pública, nominatividade dos títulos e mais peso da taxa direta na formação da receita orçamentária. Não parece que esta seja ou esteja para se tornar a orientação da política financeira. Ao contrário, o Estado cria novos acumuladores de capitais, isto é, promove as velhas formas de acumulação parasitária da poupança e tende a criar quadros sociais fechados. Na realidade, até o momento, a orientação corporativa funcionou para defender posições periclitantes de classes médias, não para eliminá-las, e torna-se cada vez mais, em virtude dos interesses constituídos que surgem sobre a velha base, uma máquina de conservação do que existe, e não uma mola propulsora. Por quê? Porque a orientação corporativa também depende da desocupação: defende para os ocupados um determinado mínimo de vida que, se a concorrência fosse livre, certamente ruiria, provocando graves convulsões sociais, e cria ocupações de novo tipo (organizativo e não-produtivo) para os desocupados das classes médias. Permanece sempre uma saída: a orientação corporativa, nascida sob a dependência de uma situação tão delicada, da qual precisa manter o equilíbrio essencial a qualquer custo, para evitar a catástrofe, poderia avançar por etapas bastante lentas, quase insensíveis, que modifiquem as estruturas sociais sem comoções repentinas: inclusive a criança melhor e mais solidamente enfaixada se desenvolve e cresce.

A partir dessa caracterização geral, com base nas análises de Gramsci, podemos aventar algumas considerações sobre as duas variantes de revolução passiva. A dupla utilização do conceito de revolução passiva não pode esconder que o processo de manutenção da ordem coloca uma série de problemas e um arco de relações econômicas, políticas e ideológicas diferenças daqueles presentes num processo de substituição de uma ordem por outra. Problemas e relações diferentes não só no que tange às

relações de produção e suas articulações com o Estado, mas também no que tange às articulações deste com as classes, suas alianças e seus antagonismos. No primeiro caso, temos a criação de uma nova ordem, que, apesar de preservar numa qualidade diferente muitos elementos da velha ordem (daí seu caráter de revolução/restauração), estabelece um novo patamar de mudança histórica. Já no segundo caso, trata-se de uma ordem que já está criada e que já modelou minimamente a formação social em questão através do seu funcionamento e de estruturas consolidadas.

O processo de manutenção da ordem social se revela em situações históricas nas quais a mudança ocorrida não é capaz de alterar a qualidade da formação social em questão, porém permite o seu desenvolvimento, pois as características essenciais e determinantes da ordem social permanecem as mesmas. Em linhas gerais, as relações sociais de produção são mantidas e ampliadas, assim como seu processo de reprodução, reproduzindo a posição social das classes fundamentais e antagônicas – burguesia e proletariado. O Estado mantém seu caráter de classe, apesar de as alterações no interior do bloco no poder serem possíveis (alterações na posição da fração ou classe dirigente e entrada de novos aliados) e de novas formas de intervenção perante a sociedade serem necessárias, como nos dois casos estudados por Gramsci.

Tal processo de mudança pode ocorrer por uma solução “espontânea”, na qual os agentes históricos são surpreendidos por um resultado não planejado – mas tornado possível devido à correlação de forças e à certa combinação de fatores – e/ou por uma solução programada, que expressou determinado projeto histórico, elaborado e implementado, parcial ou totalmente, no curso desse processo. Nas análises de Gramsci, as duas dimensões se imbricam; ele considera a revolução passiva uma combinação entre as duas, apesar de condená-la por ser um programa para a classe operária. Nessas duas dimensões, as classes dominantes são as principais beneficiárias desse processo, pois sua ordem social mantém-se em funcionamento, e sua dominação é repostada. No entanto, a solução programada reflete a intenção das classes dominantes de superar determinado elenco de problemas e dificuldades.

Nas formações sociais capitalistas, a manutenção da ordem social passa pela reprodução das relações capitalistas de produção, no sentido da garantia da acumulação de capital e da subordinação social dos trabalhadores a ele, e pela continuidade da correspondência entre estas e o Estado, uma vez que este lhes cria as condições políticas e ideológicas necessárias ao seu funcionamento (SAES, 1990, p. 22-50), além de outras

funções que possa assumir. Portanto, podemos considerar que esses dois elementos são condições centrais para um resultado satisfatório no processo de manutenção da ordem em uma formação social capitalista.

Outro elemento diferenciador dos distintos tipos de revolução passiva diz respeito ao eixo central do processo da luta de classes. Nas formações sociais que vivenciam a substituição de uma ordem social por outra, através da transição do modo de produção pré-capitalista para o modo de produção capitalista, o eixo central da luta de classes é a disputa da burguesia com as antigas classes dominantes pelo controle do Estado e pela supremacia social – “hegemonia encouraçada de coerção”. Mesmo que as classes subalternas estejam presentes no processo de disputa (e, quando não estão, seu potencial de participação também é levado a sério nos cálculos políticos dos revolucionários), é a resolução da disputa entre a burguesia e as antigas classes dominantes que orienta a intervenção da primeira na luta política. E esta intervém para evitar a mobilização popular pelas antigas classes dominantes, ou para mobilizar as classes subalternas a seu favor na luta contra a velha ordem, ou ainda para evitar que a mobilização popular fuja do controle ou ocorra por si (por interesses próprios). No caso das experiências baseadas na via da revolução passiva, as duas últimas possibilidades são determinantes na postura conciliadora da burguesia diante das classes dominantes antigas e do seu Estado. O comportamento da burguesia italiana, durante o *Risorgimento* italiano, diante do Estado piemontês e das classes subalternas, principalmente o campesinato, analisado por Gramsci (2002, p. 11-128), é exemplar dessa situação.

Além disso, trata-se de classes subalternas configuradas pela velha ordem, tanto em termos político-ideológicos quanto em termos econômico-sociais. Desse modo, o antagonismo clássico do capitalismo entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho não aparece em toda sua plenitude e não se constitui no centro da luta política. Quando muito, fica subordinado à luta da burguesia com as classes tradicionais (dominantes e dominadas).

Isto equivale a dizer que a arena da disputa política não é configurada pelas relações sociais capitalistas e que a burguesia tem menor capacidade e piores condições para definir as regras do jogo e influenciar a práxis política dos adversários com sua práxis, pois a reprodução social não é determinada pela relação capitalista, que subordina diretamente os trabalhadores ao capital. Poderíamos aventar – ainda que, de forma preliminar – que a modalidade de consenso que a burguesia pode obter diante

das classes subalternas tradicionais, nessas condições, é o consenso predominantemente passivo, porque o consenso ativo é momentâneo e circunstancial (mesmo que decisivo para o desfecho da disputa em certas situações).

Ao contrário, nas formações sociais que vivenciam processos de manutenção da ordem dentro do modo de produção capitalista, o eixo central da luta de classes é a disputa entre a burguesia e o proletariado, as classes fundamentais e antagônicas da sociedade burguesa. Sendo a reprodução social determinada pelas relações de produção capitalistas, a estratégia burguesa passa necessariamente pela reprodução da acumulação de capital e pela subordinação dos trabalhadores. Passa, portanto, pela reprodução das relações de produção que fundamentam a práxis social e a práxis política burguesas. Mesmo que a disputa seja entre classes e frações dominantes, ou entre estas e as classes intermediárias (logo, o proletariado está ausente como força política), é a reprodução entre as relações de produção e a subordinação dos trabalhadores que orienta a estratégia burguesa em seu sentido mais global.

A burguesia pode atuar no sentido de isolar, eliminar ou cooptar outros atores políticos que se oponham à sua dominação e a coloquem em crise. No entanto, do ponto de vista burguês, a sua resolução passa necessariamente pela reposição de sua dominação sobre os trabalhadores. E sua dominação é repostada na medida em que as relações de produção capitalistas e o Estado burguês continuem funcionando. Portanto, é o antagonismo básico do capitalismo que determina a movimentação da burguesia e de seus aliados, mesmo diante de um processo de disputa que não apresenta o proletariado como força política e que, por isso, não é antagônico. Nesse caso, trata-se de manter os trabalhadores numa posição de passividade, rompendo as possíveis ligações destes com os atores políticos oponentes, e/ou de mobilizá-los em favor da ordem, abrindo possibilidades para a busca do consenso ativo pela burguesia. Na situação em que são os próprios trabalhadores que colocam em xeque a ordem social capitalista, as ações estratégicas da burguesia no processo de disputa política tornam-se mais evidentes.

Nas análises de Gramsci, tanto nos EUA, com o americanismo-fordismo, quanto na Itália, com o fascismo, a classe operária foi o alvo principal das iniciativas “passivadoras” das classes dominantes e do Estado, nos campos econômico-social, político e ideológico, combinando, de formas diferentes conforme o caso, coerção e persuasão.

A situação histórica da qual nasce um processo de manutenção da ordem social apresenta-se como um momento de crise de hegemonia, ou, no mínimo, de crise conjuntural, em que o bloco histórico dominante sofre dificuldades para reproduzir a sua supremacia.³ Isto porque ocorre uma ruptura entre as relações sociais de produção, a ação dos aparelhos hegemônicos (sociedade civil) e o Estado (em sentido restrito, sociedade política), quebrando a unidade que caracteriza o bloco histórico e permitindo, conforme a situação evolua para uma crise de hegemonia, a emergência de um movimento contra-hegemônico (SOUZA, 1991, p. 45; BRAGA, 1995, p. 53-81).

Segundo Gramsci, vários fatores podem desencadear esse processo, tais como: uma situação de pressão econômica e política externa sobre a sociedade nacional; uma crise econômica, que cria dificuldades para a manutenção do equilíbrio político anterior; uma profunda divergência entre os grupos que compõem o bloco dominante, gerando sua fratura; a derrota num conflito externo ou numa empreitada para a qual as classes dominantes convocaram a população ao sacrifício; ou ainda a emergência relativamente abrupta de uma fase reivindicativa e contestatória no comportamento das classes subalternas (GRAMSCI, 1976, p. 43-63). É bom lembrar que esses fatores não são excludentes e podem ocorrer simultaneamente. No entanto, seja por qual motivo for, são situações em que a quebra da unidade do bloco histórico exige um processo de manutenção da ordem social, para as classes dominantes, que recomponha a articulação entre infra-estrutura e superestrutura, à luz das dificuldades e das transformações geradas pelo próprio desenvolvimento dialético da formação econômico-social e de sua respectiva ordem social.

Sendo a crise de hegemonia a expressão das contradições geradas pelo próprio desenvolvimento histórico da ordem social, sua ocorrência determina um processo de acirramento da luta de classes, envolvendo as classes fundamentais. Nesse processo se estabelece uma relação de disputa política mais acirrada e mais organicamente ligada aos interesses em conflito do que na situação em que a disputa se limita às frações dominantes. Coloca-se, pois, em questão o padrão histórico que rege o funcionamento da ordem social, permitindo que a disputa política evolua com maior rapidez do nível econômico-corporativo para o político-ideológico e até o político-militar e apresente projetos políticos distintos, ligados aos respectivos grupos em conflito.

O caráter da disputa, entre as frações dominantes ou entre as classes fundamentais, determina os mecanismos a serem arregimentados no

processo de revolução passiva, para garantir a manutenção da ordem, mas podemos determinar algumas características gerais do processo, no que diz respeito à sua historicidade. Em primeiro lugar, podemos partir dos dois princípios fundamentais considerados por Gramsci para inserir o conceito da revolução passiva na análise das relações de força, presentes numa formação social em um dado período histórico. São eles: o princípio de que nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas ainda encontrarem condições para desenvolverem-se em seu interior; e o princípio segundo o qual a sociedade não assume compromissos e tarefas para as quais ainda não tenham surgido as condições necessárias para a sua realização (GRAMSCI, 1976, p. 45 e 75).

Partindo dessa formulação, retirada do prefácio do *Para a crítica da economia política* (1859), de Marx, Gramsci concebia a análise das relações de força e da revolução passiva de um modo genuinamente marxista, como seu “corolário crítico necessário” (GRAMSCI, 2002, p. 332), não só numa perspectiva analítica, mas numa perspectiva prática, pois a compreensão da situação política concreta deveria orientar a intervenção dos trabalhadores e de seu partido na luta de classes.

A partir desses princípios, Gramsci compreendia as condições estruturais presentes em determinada situação histórica na qual a mudança não poderia se dar por completo. Essas limitações estruturais à mudança colocavam para as classes dominantes a opção por uma estratégia de “passivização” do conflito que mantivesse o processo de transformações sob seu controle. Dessa situação de mudança limitada, emerge uma “dialética mutilada”, conforme expressão de Braga (1995, p. 65), pois o jogo dialético entre tese, antítese e síntese, instituído pelo movimento contraditório do real, não se realiza por inteiro. Na luta entre contrários, a tese procura absorver determinados elementos da antítese, esvaziando-a de seu conteúdo antagônico e conservando-se na síntese. Nesse processo, a tese se renova, em sua luta com a antítese, mas não é destruída, o que permite a sua atualização no processo de mudança, sem que ela perca seus aspectos fundamentais. A preservação da tese na síntese permite-nos perceber a predominância do elemento “continuidade” sobre o elemento “ruptura” dentro do processo de mudança (GRAMSCI, 1976, p. 75-81; GRAMSCI, 2002, p. 318).

Por isso, a superação do antigo pelo novo não se realiza completamente, adiando a resolução da contradição e colocando-a em novas bases. Não ocorre o surgimento de uma nova contradição, a partir de uma nova síntese; ocorre a preservação da contradição existente anteriormente,

porém num novo patamar. O adiamento da contradição acrescenta um novo arco de problemas à luta dos contrários, reforçando na tese o movimento da conservação e não da superação. Por outro lado, esse processo reforça, na antítese, o movimento da superação, pois a perspectiva de resolução definitiva da contradição só se vislumbra no seu movimento. Na verdade, as alterações na relação conservação-superação e no movimento da tese e da antítese, que caracterizam a “dialética mutilada”, são determinadas pelo próprio processo de adiamento da ruptura (GRAMSCI, 2002, p. 316-318). Assim, as modificações moleculares de que falava Gramsci emergem não só como critério interpretativo da revolução passiva, mas como método de ação no processo de mudança. Um método de ação que desenvolve plenamente apenas as potencialidades da tese, pois o antagonismo da antítese vai sendo paulatinamente quebrado, esvaziado, seja pela incorporação parcial de seus elementos à tese, seja pela sua derrota pura e simples (GRAMSCI, 1976, p. 76-78). O amortecimento da antítese ou sua preservação “sob controle” são os fundamentos de um processo de manutenção da ordem social, pela via da revolução passiva, que tem como resultado o reforço da hegemonia dominante, pelo menos até uma nova explosão da contradição e emergência da antítese, caracterizando uma nova crise de hegemonia.

O método de ação das mudanças moleculares está assentado fundamentalmente na “guerra de posição”, como estratégia de conquista e ocupação paulatina e progressiva de posições e espaços na luta entre tese e antítese no interior da sociedade política (Estado, em sentido estrito) e da sociedade civil (aparelhos de hegemonia). No entanto, a estratégia de “guerra de movimento”, ataque frontal aos aparelhos de hegemonia e/ou ao Estado, não é de todo deslocada pelas mudanças moleculares, pois cumpre um papel importante em determinados momentos, quando se faz necessário desbaratar setores das forças oponentes para consolidar uma posição (COUTINHO, 1989, p. 89-95). Uma leitura adequada dessa questão exige um tratamento dialético e não dicotômico da relação entre “guerra de posição” e “guerra de movimento”.

Finalmente, devemos considerar que essas formulações sobre a mudança histórica no processo de manutenção da ordem, pela via da revolução passiva, devem ser entendidas a partir da sua realização concreta no plano da luta de classes e não de modo mecânico e abstrato.

Em primeiro lugar, todo esse processo se coloca a partir de uma crise de hegemonia ou de uma crise conjuntural, que suscita para as classes

dominantes a necessidade de reatar a unidade entre infra-estrutura e super-estrutura, recompondo o bloco histórico dominante e reforçando sua hegemonia. Se, por um lado, os condicionamentos estruturais de que falamos restringem a possibilidade de que a crise de hegemonia tenha um desenlace capaz de romper com a ordem dominante e de transicionar a formação social para outra ordem; por outro lado, a perspectiva da manutenção da ordem exige ações concretas das classes dominantes, para que o conflito não fuja do controle, em todas as dimensões da luta de classes. É essa ação combinada nos planos econômico-social e político-ideológico que permite a recomposição do bloco histórico dominante, mesmo que parcialmente modificado. Além disso, sem essa ação concreta, os condicionantes estruturais são insuficientes para evitar a ruptura da ordem, fazendo com que as forças oponentes assumam a direção do Estado e o controle da formação social, até mesmo para realizar tarefas históricas das antigas classes dominantes, porém noutra perspectiva. Dessa forma podemos compreender a real articulação entre o que Gramsci chamava de “terreno nacional” e práxis política.

Em segundo lugar, o que chamamos de tese e antítese são forças sociais e políticas concretas, presentes no processo de luta de classes através de uma determinada práxis social e política, localizadas em determinados espaços (*loci*) e instrumentos e portadoras de determinados projetos políticos e históricos. Por isto, a luta entre tese e antítese é a luta entre as forças dominantes e as forças oponentes; o processo de conservação da tese na síntese, através do amortecimento/derrota da antítese e do adiamento da contradição, é o processo de reposição da dominação e de manutenção da ordem em novas bases. Alguns elementos da antítese foram incorporados pela tese, pois, conforme Gramsci, não existem restaurações *in toto* (GRAMSCI, 1976, p. 64). Esse processo de reposição requer iniciativas globais que tratem a disputa numa perspectiva global, intervenham nas relações de produção, formulem e propaguem novas ideologias, além de estabelecer novos métodos e espaços de disputa política, por dentro e por fora do Estado, que possam ser entendidas pelo conceito de transformismo.

O CONCEITO DE TRANSFORMISMO EM SUAS VARIANTES “RESTRITA” E “AMPLIADA”

Nas análises históricas que realizou sobre o *Risorgimento* italiano, Gramsci utiliza largamente o conceito de transformismo, associando-o, de forma orgânica, ao conceito de revolução passiva. Segundo ele, “o transformismo [é] uma das formas históricas daquilo que já foi obser-

vado sobre a 'revolução-restauração' ou 'revolução passiva', a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália" (GRAMSCI, 2002, p. 286). Ou seja, o transformismo é a forma de um processo de mudança histórica cujo conteúdo é a revolução passiva, ou o método das "modificações moleculares".

No *Risorgimento*, Gramsci detecta dois tipos transformistas distintos, ocorridos em momentos diferentes. Desde o início da unificação italiana até o final do século XX, Gramsci localiza um movimento transformista primitivo, de tipo "molecular", no qual "as personalidades políticas originárias dos partidos democráticos de oposição incorporam-se gradualmente à classe política conservadora-moderada". Após 1900, formações políticas inteiras aderem à classe política conservadora, por meio da formação de novos "partidos-auxiliares" e/ou da absorção ideológica (PORTELLI, 1990, p. 71-72), caracterizando um novo tipo de transformismo.

Em outras passagens, Gramsci dá outros exemplos de transformismo "molecular" no processo do *Risorgimento* italiano, quando, por exemplo, destaca a conversão do jesuíta Cursi, intelectual orgânico da política vaticanista na Itália, à tese da unificação, desferindo um forte golpe na posição antiunitarista católica. Ou a postura de subordinação pessoal de Garibaldi, líder do Partido de Ação, representante político das forças democráticas e populares no *Risorgimento*, aos líderes do Partido Moderado, representante das forças burguesas e aristocráticas aglutinadas em torno do Estado piemontês. Ou, ainda, quando assinala a cooptação exercida pelo Estado italiano sobre os intelectuais do *Mezzogiorno* (o Sul agrário), que poderiam organizar o descontentamento sulista, por meio de empregos na administração pública (GRAMSCI, 2002, p. 51, 65 e 90-91).

Segundo o próprio Gramsci (2002, p. 63),

pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo.

Podemos então concluir que o transformismo “molecular” se manifesta quando as forças dominantes operam um movimento de cooptação sobre os líderes (intelectuais orgânicos) das forças oponentes, decapitando-as “sob formas e com meios que se podem chamar de ‘liberais’, isto é, através da iniciativa individual, ‘molecular’, ‘privada’ (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa)” (GRAMSCI, 2002, p. 63).

Grande parte da análise de Gramsci sobre o *Risorgimento* parece fundamentalmente assentada nessa modalidade de transformismo, na qual a direção política das forças dominantes se impõe sobre as forças oponentes fundamentalmente por meio da sua anulação como sujeitos políticos. Ou seja, a “decapitação” das forças oponentes não só bloqueia a possibilidade de elas tornarem-se dirigentes, mas conduz à sua inorganicidade ou até mesmo à desaparecimento. Nesse aspecto, podemos considerar que o transformismo “molecular” opera negativamente, levando as forças oponentes à desarticulação e à desmobilização.

No entanto, o segundo tipo de transformismo, que chamaremos aqui de “ampliado”, se configura como um método muito mais duradouro e eficaz, pois permite a preservação das forças oponentes na arena da disputa política, anulando, porém, progressivamente seu caráter contra-hegemônico, sem, necessariamente, “decapitá-las”. Nesse caso, as operações de ordem econômico-social, ideológica e política podem ser desenvolvidas para viabilizar a revolução passiva, ligadas, fundamentalmente, a um processo de redefinição do “modo de ser e agir” das forças oponentes, diretamente relacionado à alteração de sua práxis social e, conseqüentemente, de sua práxis política.⁴ O próprio Gramsci aborda esse segundo tipo nas análises histórico-políticas que realizou sobre o *Risorgimento* italiano, como veremos em seguida, mas é nas análises do americanismo-fordismo e do fascismo italiano que tal procedimento se apresenta de forma mais freqüente.

Na análise do *Risorgimento* italiano, consideramos que o transformismo “em sentido ampliado” se manifesta quando Gramsci destaca o papel do Estado piemontês como base militar, diplomática e burocrática do Partido Moderado e da burguesia no processo de unificação e da própria constituição do Estado italiano: ao tirar dos jesuítas o monopólio da educação, golpeando a força intelectual da Igreja Católica e atraindo os intelectuais para a hegemonia moderada; ao praticamente “anexar” o Reino de Nápoles, com o apoio das milícias de Garibaldi; ao atrair “espontaneamente” os intelectuais moderados, organicamente enraizados nas

“classes altas”, como membros da burocracia piemontesa; ao obrigar o papado a correções de rota à esquerda e à direita até a adoção do populatismo, isto é, da doutrina social da Igreja (Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII), como fulcro de sua política mundial; ao definir os moldes institucionais dentro dos quais o Estado italiano se formou (GRAMSCI, 2002, p. 62-66, 98, 100-105).

Nessa última questão, Gramsci afirma concordar com as análises que consideram o *Risorgimento* como “conquista régia”, ou seja, do rei do Piemonte (GRAMSCI, 2002, p. 83). Numa passagem esclarecedora, afirma:

A função do Piemonte no *Risorgimento* italiano é a de uma “classe dirigente”. Na realidade, não se trata do fato de que, em todo o território da península, existissem núcleos de classe dirigente homogênea, cuja irresistível tendência à unificação tenha determinado a formação do novo Estado nacional italiano. Estes núcleos existiam, indubitavelmente, mas sua tendência à união era muito problemática e, o que mais conta, nenhum deles, cada qual em seu âmbito, era “dirigente”. O dirigente pressupõe “dirigido”, e quem era dirigido por estes núcleos? Estes núcleos não queriam “dirigir” ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam “dominar”, não “dirigir”, e mais ainda: queriam que fossem dominantes seus interesses, não suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte e, daí, a função da monarquia. O Piemonte, portanto, teve uma função que, sob certos aspectos, pode ser comparada à do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social (e, com efeito, sempre se falou de “partido piemontês”), com a particularidade de que se tratava de um Estado, com um Exército, uma diplomacia etc. (GRAMSCI, 2002, p. 328-329)

Essas considerações sugerem que a função dirigente do Estado piemontês no *Risorgimento* italiano permitiu-lhe definir as bases e os limites da luta política em torno da unificação, “modelando” a arena da disputa política e determinando a práxis política dos respectivos agentes, desde os liberais-moderados até os democrata-populares do Partido da Ação, passando pelos “neoguelfos” (vaticanistas).

Essa direção também foi exercida no campo ideológico, com o Estado garantindo às forças vitoriosas no *Risorgimento*, aos “moderados”, as condições jurídicas e práticas para o predomínio da sua interpretação da história italiana e da sua concepção sobre a unificação. Além do efeito transformista molecular, que atraiu a adesão individual de intelectuais

das forças democrático-populares, “decapitando-as”, tal processo operou também um movimento transformista em sentido ampliado e de longo prazo, garantindo a “educação” das novas gerações conforme a direção intelectual-moral moderada. Para Gramsci (2002, p. 124-125),

o que se propunham e, em parte, se propõem ainda (mas neste campo, há alguns anos muitas coisas mudaram) os historiadores e os publicistas moderados [...]? “Demonstrar” que a unificação da península foi obra precípua dos moderados, aliados à dinastia, e legitimar historicamente o monopólio do poder. [...] A atividade polêmica dos moderados, através de sua “demonstração” manipulada, conseguia desagregar ideologicamente a democracia, absorvendo-lhe muitos elementos individuais e, especialmente, influenciando na educação das jovens gerações, formando-as com suas concepções, com suas palavras de ordem, com seus programas. [...] o regulamento dos arquivos públicos favorecia os moderados, aos quais se permitia individualmente investigar documentos contra adversários políticos e mutilar ou omitir documentos que fossem desfavoráveis aos seus [...].

No estudo do americanismo-fordismo nos EUA, o transformismo ampliado aparece de forma estrutural e, a nosso ver, associado organicamente à segunda variante de revolução passiva. Para Gramsci, a instalação dos métodos de produção e organização fordistas/tayloristas exigiu a criação de uma forma superior da “civilização burguesa”, a forma mais perfeita da hegemonia burguesa nas condições históricas do pós-Primeira Guerra, “americanista”, em que os trabalhadores foram “educados/assimilados” por meio de uma série de operações. Essas operações eram ligadas desde a reestruturação do processo produtivo – no qual o trabalhador teve de desenvolver habilidades físicas e psicofísicas vinculadas à especialização, à concentração, à organização e à rapidez, tornando-se um “gorila domesticado”, mas racional – até o estabelecimento de um “modo de vida” definido por uma “moral sexual proibicionista”, fortemente valorizadora da monogamia, do casamento e da família, mas também por novos hábitos de habitação, nutrição etc., viabilizados materialmente por uma renda salarial significativamente superior à média, praticamente “comprando” a adesão dos trabalhadores e ferindo mortalmente a combatividade dos sindicatos. Segundo Gramsci (1976, p. 382),

a luta que se desenvolve na América (descrita por Philip) é ainda pela propriedade do ofício, contra a “liberdade industrial”, isto é, semelhante à luta que se desenvolveu na Europa no século XVIII, se bem que em

outras condições; o sindicato operário é mais a expressão corporativa da propriedade dos ofícios qualificados do que qualquer outra coisa. Assim, o seu destronamento, exigido pelos industriais, tem um aspecto “progressista”.

Mais adiante afirma:

A existência dessas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia. (GRAMSCI, 1976, p. 382)

No entanto, a “passivização” dos sindicatos não exigiu a sua destruição; ao contrário, seu “destronamento” implicou seu redimensionamento como aparelho de hegemonia, agora a serviço da hegemonia burguesa e das operações exigidas pela fordização da classe operária e não mais a serviço da combatividade operária e da contra-hegemonia. De acordo com Gramsci (1976, p. 388),

o movimento corporativo existe e, sob alguns aspectos, as realizações jurídicas já verificadas criaram as condições formais em que a transformação técnico-econômica pode-se realizar em larga escala, sem que os operários possam opor-se a ela e possam lutar para serem seus portadores.

Nesse processo, o Estado teve um papel importante, regulamentando o novo “modo de vida”, ao mesmo tempo em que reprimia os comportamentos tidos como “desviantes” (veja-se o exemplo da “lei seca”). De acordo com Gramsci (1976, p. 388),

a americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como ‘sociedade civil’, através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio.

O “puritanismo” também teve um papel importante na conformação da práxis social operária, como ideologia “proibicionista”, ascética, elaborada e divulgada por diversos aparelhos de hegemonia, desde a escola e as igrejas até instituições “filantrópicas” como o Rotary Club, a Associação Cristã de Moços (YMCA) etc. A hegemonia nasce na fábrica, mas se generaliza pelas outras instâncias da estrutura social (GRAMSCI, 1976, p. 375-413). Ou seja, o “americanismo-fordismo” expressa um padrão de hegemonia burguesa, construído por meio de uma revolução passiva, em que o transformismo operou-se numa escala muito mais abrangente, moldando a própria práxis social e política das forças oponentes, anulando sua radicalidade e tornando-as base social de um novo sistema hegemônico. Nessas condições, a hegemonia burguesa de certo modo se “naturaliza” como “modo de vida”, como “modo de ser e agir”, razão pela qual Gramsci designa o americanismo como forma superior da civilização burguesa “européia”.

No caso do fascismo italiano, o transformismo ampliado aparece de modo imperfeito, menos “espontâneo”, menos “natural”, exigindo que a “modelagem” da práxis social e política das forças oponentes se faça acompanhar de mecanismos abertamente coercitivos, “decapitando” suas lideranças, ou mesmo abolindo alguns de seus aparelhos de hegemonia. No entanto, medidas como a instalação do corporativismo, como forma encontrada pelo Estado para “moldar” os trabalhadores à fábrica fordizada e anular a organização sindical combativa, o desenvolvimento de uma política francamente industrialista e voltada para orientar a economia segundo um plano (GRAMSCI, 1976, p. 384-386), além do próprio papel do partido e do regime totalitários como elementos de mobilização das massas e modelagem de forças e instituições políticas (FELICE, 1978, p. 225-227), evidenciam tentativas semelhantes às adotadas nos EUA, porém com muito maior dose de repressão, com o Estado intervindo de forma muito mais ampla. Nesse caso, a “decapitação” das forças oponentes, particularmente a classe operária, se deu “por cima”, com o desbaratamento de suas organizações e com a repressão sobre seus dirigentes. No entanto, seu potencial de mobilização não foi desprezado; ao contrário, foi utilizado em favor do regime fascista por meio do partido e dos sindicatos, principalmente.

Comentando a fórmula demagógica católica da dicotomia entre uma “Itália real” e uma “Itália legal”, usada pelos clericais para contestar a unificação política e para acusar o Estado italiano de “artificialidade”, Gramsci (2002, p. 109) afirma que

a questão da existência de uma Itália real e uma Itália legal se rerepresenta de outra forma, nos acontecimentos de 1924-1926, até a supressão de todos os partidos políticos com a afirmação de se ter, afinal, alcançado a identidade entre o real e o legal, por que a sociedade civil, em todas as suas formas, estava enquadrada por uma só organização política de partido e estatal.

Ou seja, entre 1924 e 1926, o fascismo moldou a sociedade política e a sociedade civil à sua imagem e semelhança, num movimento transformista de largo alcance.

Os exemplos fornecidos anteriormente acerca da função transformista exercida pelo Reino do Piemonte e, posteriormente, pelo Estado fascista na Itália, indicam a importância da modelagem da arena da disputa política como procedimento decisivo em determinadas experiências de transformismo ampliado e de revolução passiva. Isto se deve ao fato de as maiores debilidades das frações burguesas, na implantação da sua hegemonia ou dominação, exigirem uma intervenção mais acentuada do Estado sobre a sociedade civil e sobre a própria arena da disputa política. Comparando com o americanismo-fordismo, a hegemonia não “nasce na fábrica”, na sociedade civil, mas na sociedade política, por isto depende fortemente da intervenção do Estado como aparelho de hegemonia e instrumento coercitivo. No caso do *Risorgimento*, a capacidade do Estado piemontês, como estrutura política consolidada, de definir os rumos, os limites e as possibilidades dentro dos quais transcorreu o conflito político em torno da unificação italiana permitiu a este não só anular as forças oponentes ou atraí-las para o seu projeto, mas dirigir politicamente as forças unitaristas, definindo sua práxis social e política, e modelar o Estado que surgia à sua imagem e semelhança. Desse modo, o Estado piemontês cumpriu uma função “passivizadora” do conflito político muito mais ampla do que aquela definida pelo transformismo “molecular”. Já o fascismo italiano expressou uma radicalização dessa tendência, ao modelar a sociedade civil e a sociedade política pela ação do partido e do Estado, atraindo a ação política e social de variado conjunto de forças, inclusive das forças antagônicas, anulando, porém, seu caráter contra-hegemônico.

Assim, nessas situações de transformismo ampliado os elementos estruturais, permanentes, institucionais (como nesse caso), prevalecem sobre a simples ação voluntarista, “privada”, “liberal”, como diria Gramsci, dos agentes sociais e políticos, impondo-lhes constrangimentos e limites. Gramsci tem clareza dessa situação quando afirma:

Sobre a revolução passiva. Protagonistas os “fatos”, por assim dizer, e não os “homens individuais”. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase. (GRAMSCI, 2002, p. 328)

CONCLUSÃO

Tendo por base as análises históricas e a teoria da revolução passiva elaboradas por Gramsci, e considerando que, ao longo do século XX, o método da revolução passiva foi utilizado em larga escala pelos grupos dominantes em diversos processos de mudança histórica – não só nas sociedades capitalistas desenvolvidas, nas quais a hegemonia burguesa se apresenta de forma mais sólida, mas também nas sociedades de capitalismo periférico, nas quais o processo de transformação capitalista convive com muito maiores dificuldades, ou a revolução burguesa ainda nem se completou –, entendemos que o conceito de transformismo, particularmente em sentido ampliado, torna-se fundamental para o estudo da história política. Na atualidade, sua pertinência se faz presente, particularmente nas situações em que o conflito político é “domesticado” por meio de uma série de mecanismos e procedimentos que o legalizam, ao mesmo tempo que o enquadram dentro de determinados limites. Esse enquadramento permite a alteração da práxis social e, particularmente, política das forças oponentes pelas forças dominantes, no sentido de esvaziar seu caráter contra-hegemônico e favorecer sua “integração passiva à ordem” (DIAS, 1995, p. 5-10).

Mesmo quando as forças oponentes conseguem o acesso ao Estado e até mesmo o controle de determinadas instâncias estatais e setores da burocracia, a correlação de forças não é alterada significativamente e o bloco histórico dominante se mantém. As forças oponentes vão perdendo seu conteúdo crítico e seu potencial inovador, sem, necessariamente, ter suas propostas estratégicas atendidas e desenvolvidas, dando origem a uma forma de cooptação que fundamenta uma modalidade passiva de aceitação da ordem. Para as forças oponentes que têm uma dimensão contra-hegemônica, esse tipo de transformismo exerce um papel desastroso, pois desmoraliza-lhe o projeto e esgota-lhe as energias numa espécie de “luta à distância” em que não se chega a golpear o adversário, fazendo-o recuar.

Por fim, é importante ressaltar que o “transformismo em sentido ampliado” também pode ser utilizado pelo bloco dominante numa disputa inter-elites, mas é no embate com as classes subalternas que ele adquire uma dimensão estratégica, como “racionalidade histórica” (DIAS, 1996), especialmente nas situações em que o Estado burguês possui uma forma democrática ou transiciona-se para ela, e o movimento das classes subalternas desfruta de condições legais ou semilegais de ação.

NOTES ON PASSIVE REVOLUTION AND TRANSFORMISM IN GRAMSCI

ABSTRACT: This article relates the concepts of passive revolution and of transformism. It develops them starting from the Gramsci's work and it detaches its relevance for the study of the political history.

KEY WORDS: passive revolution, transformism, Italian resurgence, americanism-fordism, fascism.

NOTAS

1. A revolução burguesa, no seu sentido amplo, configura-se como “o conjunto dos aspectos – formação de novas relações de produção, novas formas de divisão do trabalho, novas classes sociais, uma nova ideologia dominante, uma nova estrutura do Estado – da passagem ao capitalismo”. Nesse processo se insere a revolução burguesa em sentido restrito, ou seja, como revolução política, como “a formação do Estado burguês” (SAES, 1990, p. 15-16). Para uma noção ampliada do conceito de revolução burguesa, ver ainda Fernandes (1987).
2. Na verdade, para Gramsci, polemizando com a tese de Trotsky sobre a revolução permanente, a Comuna de Paris (1870-1871) encerrava o ciclo revolucionário aberto com a Revolução Francesa (1789) e iniciava o período do predomínio das revoluções passivas e da guerra de posição, como método e estratégia burguesa de mudança histórica (GRAMSCI, 1976, p. 43-54). Mais tarde, após o período de ascenso do movimento revolucionário do operariado, entre 1917 e 1921, passou a considerar o fascismo como o movimento correspondente, na época, ao papel desempenhado pelos moderados no *Risorgimento* italiano e como representante prático (para a Itália) e ideológico (para a Europa) da fórmula da “guerra de posição” e da revolução passiva, sugerindo a perenidade e o predomínio dessa forma de mudança histórica no período pós-Primeira Guerra (GRAMSCI, 1978, p. 223-224). Na senda aberta por essa perspectiva analítica, diversos autores localizaram o fenômeno da revolução passiva não só no fascismo e no americanismo-fordismo, como Buci-Glucksmann (1980, p. 373-408), Felice (1978, p. 189-257) e Souza (1991, p. 45-69), mas também em diversos outros processos históricos, como a unificação alemã no século XIX, o nazismo alemão e o stalinismo na URSS, nos anos 30 e 40 do século XX, o *welfare state* na Europa

- Ocidental, no período pós-Segunda Guerra (DEL ROYO, 1998, p. 113- 328), e o recente processo de reestruturação produtiva e de instalação do neoliberalismo em diversos países, inclusive no Brasil (DEL ROYO, 1998, p. 113- 339; BRAGA, 1995, p. 45-131). Na análise da história brasileira, particularmente no século XX, alguns trabalhos recorrem ao conceito de revolução passiva, entre outros, destacamos: Vianna (1989 e 1997), Coutinho (1989, p. 119-137) e Maciel (2004b).
3. Gramsci distingue a crise de hegemonia da crise conjuntural, considerando a primeira como um “movimento orgânico”, enquanto a segunda se limita a movimentos “ocasionais, imediatos, quase acidentais”. No entanto, a segunda pode ser parte da primeira. Segundo ele: “Verifica-se uma crise que, às vezes, prolonga-se por uma dezena de anos. Esta duração excepcional quer dizer que se revelaram (amadureceram) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Estes esforços incessantes e perseverantes (pois nenhuma forma social jamais confessará que foi superada) formam o terreno ‘ocasional’ sobre o qual se organizam as forças antagonistas, que tendem a demonstrar (demonstração que, em última análise, só se realiza e é ‘verdadeira’ quando se torna nova realidade, quando as forças antagonistas triunfam; mas imediatamente desenvolve-se uma série de polêmicas ideológicas, religiosas, filosóficas, políticas, jurídicas etc., cuja concreção pode ser avaliada na medida em que conseguem convencer e deslocam o preexistente dispositivo de forças sociais) que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinados encargos possam e, por conseguinte, devam ser resolvidos historicamente (e devem, porque qualquer vacilação em cumprir o dever histórico aumenta a desordem necessária e prepara catástrofes mais graves)” (GRAMSCI, 1976, p. 45-46). Geralmente a crise conjuntural se manifesta quando o conflito político se limita às frações dominantes, pois estas perdem sua unidade e entram em conflito aberto, não assumindo a forma do conflito entre as classes fundamentais (MACIEL, 2004a, p. 234).
 4. A relação entre práxis e projeto político, nos aparelhos de hegemonia, não deve ser entendida como uma relação entre forma e conteúdo. Ou seja, a práxis não é a mera forma pela qual o aparelho de hegemonia gesta, elabora e encaminha seu projeto político (conteúdo); ao contrário, ela tem um peso decisivo na própria conformação do projeto e na sua transformação em política. A partir de uma clivagem básica, podemos considerar que a práxis política dos aparelhos de hegemonia oscila entre dois pólos mediados pela separação entre governantes e governados: reprodução e fortalecimento ou esvaziamento e abolição desta separação. Apesar de esta caracterização ser bastante abstrata, pois, na prática, existe uma série de mediações entre um pólo e outro, diversos problemas relacionados à práxis política dos aparelhos de hegemonia podem ser explicados com seu auxílio, como o burocratismo, o eleitoralismo, o personalismo, o despotismo, o clientelismo, o patrimonialismo, o aparelhismo, ou a democracia

interna, a rotatividade nas funções dirigentes, a valorização da militância de base, o respeito pelas divergências, a busca do consenso como método permanente, o debate franco e aberto etc. Ora, a existência dessas características na vida interna de um aparelho de hegemonia tem força para definir sua própria posição diante do Estado, aparelho explicitamente vocacionado para reproduzir a separação entre governantes e governados, diante da disputa política institucional ou diante da construção de um contrapoder. Na verdade, é pela práxis que o projeto político se inscreve na materialidade social, imprimindo sua marca não só na lógica política, mas na própria dinâmica social. Para além das clivagens políticas definidas a partir das idéias políticas, da cultura política ou das próprias ideologias, consideramos que a práxis política cumpre um papel decisivo na capacidade de os agentes políticos se inserirem na arena da disputa política. A relação entre projeto e práxis se constitui como um aspecto propriamente político da experiência das classes e grupos sociais em movimento, definidora de sua capacidade de auto-reconhecimento e de sua própria sensibilidade política.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ruy. Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia. In: KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo. *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 45-136.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DEL ROYO, Marcos. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone Editora, 1998.

DIAS, Edmundo Fernandes. O projeto democrático e popular. *Revista Universidade & Sociedade*, São Paulo: Andes, n. 8, p. 5-10, 1995.

_____. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã Editora, 1996. p. 9- 80.

FELICE, Franco de. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, Franco (Coord.). *Política e história em Gramsci*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Instituto Gramsci, 1978. p. 189-257.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- _____. *Cadernos do cárcere*. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACIEL, David. Estado e poder em Gramsci. In: BARBOSA, Walimir (Org.). *Estado e poder político: da afirmação da hegemonia burguesa à defesa da revolução social*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004a. p. 213-249.
- _____. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004b.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SOUZA, Angela Tude de. Sobre “americanismo e fordismo” de Antônio Gramsci. *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, n. 5, p. 45-69, 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.